

# ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

MACEDO, Emosanelle Modesto Monteiro<sup>1</sup>  
SILVA, Ana Paula Bezerra da<sup>2</sup>  
SILVA, Helizete Bezerra da<sup>3</sup>  
TRAJANO, Renata Marques Diniz<sup>4</sup>  
DIAS, Adelaide Alves<sup>5</sup>  
AMORIM, Ana Luisa Nogueira de<sup>6</sup>

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/ Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos/

Centro de Educação/ Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Criança

Projeto PROEXT

## RESUMO

Este trabalho apresenta parte das atividades que foram realizadas pelo Projeto “Direitos da Criança: construindo espaços de promoção e divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente”, vinculado ao Programa PROEXT 2013 “Direitos da Criança e do Adolescente: construindo espaços de promoção da cidadania”. O objetivo principal do projeto é realizar ações de apoio e difusão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio de oficinas, vídeos, cartilhas e eventos na área dos direitos das crianças e dos adolescentes. Aqui, apresentamos o trabalho desenvolvido na organização dos Fóruns Temáticos e das Oficinas Pedagógicas realizadas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e nas escolas públicas municipais, tendo como público alvo os agentes de promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes, bem como os estudantes das séries finais do Ensino Fundamental. Na realização do trabalho, foram feitas leituras, debates e pesquisa sobre o assunto, bem como visitas e atividades desenvolvidas nas escolas públicas. Ao nos aprofundarmos no tema, percebemos a necessidade urgente do ECA ser discutido e entendido pela sociedade de modo geral, pois verificamos que alguns professores que trabalham há muito tempo em escolas, não possuem esse conhecimento. Os fóruns temáticos foram realizados através de palestras de debates, discussão de vídeos, e exemplos práticos de como realizar oficinas pedagógicas. E um segundo momento vivenciado foi a prática realizada pelos bolsistas nas instituições públicas, através das oficinas pedagógicas para os estudantes. Os resultados parciais são positivos e indicam a importância das ações de divulgação do ECA, pois verificamos que este é um tema bastante atual e ainda pouco compreendido pela sociedade.

---

<sup>1</sup> Aluna Bolsista PROEXT/2013, Curso de Serviço Social. E-mail:emosanielle@hotmail.com

<sup>2</sup> Aluna Bolsista PROEXT/2013, Curso de Pedagogia. E-mail: paulinhabs@hotmail.com

<sup>3</sup> Aluna Bolsista PROEXT/2013, Curso de Pedagogia. E-mail: limtamy@hotmail.com

<sup>4</sup> Aluna Bolsista PROEXT/2013, Curso de Direito. E-mail: renatamarquesdiniz@hotmail.com

<sup>5</sup> Professora Orientadora. Centro de Educação, Departamento de Habilitações Pedagógicas. E-mail: adelaide.ufpb@gmail.com

<sup>6</sup> Professora Orientadora. Centro de Educação, Departamento de Habilitações Pedagógicas. E-mail: analuisaamorim@hotmail.com

**Palavras-chave:** Estatuto da Criança e do Adolescente, Direitos e deveres, Direitos Humanos, Oficinas pedagógicas.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho apresenta parte das atividades que foram realizadas pelo Projeto “Direitos da Criança: construindo espaços de promoção e divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente”, um dos projetos do Programa PROEXT 2013 “Direitos da Criança e do Adolescente: construindo espaços de promoção da cidadania”. O objetivo principal do projeto é realizar ações de apoio e difusão do Estatuto da Criança e do Adolescente por meio de oficinas, vídeos, cartilhas e eventos na área dos direitos das crianças e dos adolescentes (DIAS, 2012).

No recorte deste trabalho, apresentamos o trabalho desenvolvido na organização dos Fóruns Temáticos e das Oficinas Pedagógicas. Tais ações privilegiaram a realização de fóruns e oficinas que divulgassem, dentre outras temáticas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para os agentes de promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Algumas dessas atividades foram realizadas nas dependências da Universidade Federal da Paraíba e outras nas Escolas da Rede Pública Municipal.

Para a realização do trabalho, foram feitas leituras, debates e pesquisa sobre o assunto, que ficou enriquecida na medida em que os estudos foram acontecendo como, por exemplo, nas visitas e atividades desenvolvidas nas escolas públicas. As pesquisas realizadas servem para mostrar a importância deste tema para os professores, alunos, comunidade e até mesmo a universidade. Ao nos aprofundarmos no tema, percebemos a necessidade urgente de o mesmo ser não apenas discutido como também entendido, pois verificamos que alguns professores que trabalham há muito tempo em escolas, não possuem esse conhecimento.

## **DESENVOLVIMENTO**

O projeto tem como um dos objetivos divulgar os direitos da criança e do adolescente na comunidade e nas instituições. Com a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), direitos e deveres são esclarecidos e discutidos para ampliar a efetivação e informação a respeito da importância que o Estatuto tem como uma conquista inegável para a sociedade.

Com a Declaração dos Direitos da Criança (1959), a proteção e o cuidado ligados à criança começa a ser visualizado e com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) confirma-se o direito da criança e do adolescente como direito individual e coletivo (FARIAS, 2012).

Em nosso país, a Constituição Federal de 1988 assegura à criança e ao adolescente o direito à saúde, moradia, educação, a família, ao lazer, dentre outros. Assim, a criança e o adolescente foram reconhecidos como sujeitos de direitos, e o estado passa a ser cobrado no sentido da garantia desses direitos.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei Federal nº 8.069/1990, assume-se a Doutrina da Proteção Integral, o que força a sociedade a mudar o seu tratamento com as crianças e adolescentes, pois eles passam a ser vistos como cidadãos de direitos, devendo ser orientados para alcançarem a cidadania com dignidade, desenvolvimento intelectual, autonomia de pensamento e capacidade de desempenhar o seu protagonismo. Para que ocorra esse crescimento da criança e do adolescente seus direitos devem ser respeitados e efetivados.

Mesmo depois de 23 anos, a luta para a efetivação dos direitos proclamados no Estatuto da Criança e do Adolescente tem sido constante. As instituições que trabalham com crianças e adolescentes têm enfrentado momentos difíceis, decorrente, ao mau uso ou ao mau entendimento deste instrumento legal por parte da sociedade. Desse modo, a divulgação do ECA de maneira coerente deve estar presente nas escolas, nas instituições que trabalham com crianças e adolescente e na comunidade em geral, para que os direitos desse grupo não sejam constantemente violados.

Conforme Farias e Bassanezi (2012), a proteção à criança e ao adolescente necessita de atenção do Estado, da família, da comunidade, para que se possa alcançar resultados significativos e fortalecer a proteção integral garantida em lei. Como grupo social em caráter inegável de maior vulnerabilidade, as crianças e adolescentes merecem maior proteção do Estado e da população em geral.

Sabemos que o ECA é uma lei que tem o objetivo de exercer proteção integral para as crianças e adolescentes, sem distinção de cor, classe social, credo etc. Entretanto, ainda é desconhecido por muitos, por isso sua eficácia vem sendo bastante contestada. Daí a necessidade de maior conhecimento e esclarecimento a respeito deste ordenamento jurídico.

É nesse sentido que este projeto desenvolveu os fóruns temáticos e as oficinas pedagógicas direcionadas, principalmente, para as escolas públicas, com o objetivo de tratar sobre os principais aspectos descritos no ECA.

Os fóruns temáticos foram desenvolvidos nas dependências da UFPB e foram direcionados para os professores, gestores e equipes pedagógicas das escolas, bem como para os profissionais que atuam nos Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito, Centros de Referência da Assistência Social, Casas de Acolhimentos, Organizações Não Governamentais etc. Foram organizados quatro Fóruns Temáticos. Como o projeto encontra-se em andamento, ainda falta ser realizado um fórum.

No que diz respeito às oficinas, já foram realizadas as oficinas pedagógicas com os estudantes do projeto, as oficinas com os participantes do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre a Criança (NUPEC), e estão sendo realizadas as oficinas pedagógicas com os estudantes das escolas públicas municipais, matriculados no Ensino Fundamental (séries finais).

Durante a realização das oficinas nas escolas, percebeu-se que o assunto era de total desconhecimento por parte da maioria dos estudantes das escolas públicas. Dos temas abordados na oficina, eles indicavam estar cientes da existência do Conselho Tutelar, posto que por diversas vezes presenciaram membros desse órgão no ambiente da escola, mas desconheciam os seus direitos fundamentais e os deveres deles decorrentes. Sobre este ponto, notou-se o interesse dos estudantes sobre os seus direitos em detrimento dos deveres.

De modo geral, a experiência de realizar oficinas pedagógicas nas escolas revelou-se extremamente gratificante, posto que ajudou a levar ao conhecimento de muitos alunos as diretrizes estabelecidas no referido estatuto. Com o auxílio de dinâmicas de grupo, foi possível chamar a atenção dos adolescentes envolvidos nas oficinas apresentadas. Os alunos mostraram interesse pelo assunto, e os resultados das dinâmicas mostraram o que eles aprenderam sobre o assunto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, gostaríamos de destacar como foi enriquecedor e ao mesmo tempo desafiador abordar um tema que parece ser tão atual e ao mesmo tempo tão

desconhecido. Encontramos vários profissionais da educação que já trabalham na área há tantos anos e tem tão pouco conhecimento sobre o mesmo. Pudemos perceber que é muito grande a necessidade de aprofundarmos este tema que é tão importante para o desenvolvimento da sociedade.

Desta forma, podemos concluir que este trabalho foi muito gratificante, pois ao mesmo tempo em que passamos informações, pudemos aprender com os alunos. Também percebemos a importância de divulgação do estatuto junto ao seu público mais interessado, crianças e adolescentes. Assim, mesmo percebendo a necessidade de continuidade deste trabalho, estamos concluindo com a certeza de tarefa cumprida nas escolas que visitamos, mesmo que tenha ficado a certeza de que ainda há muito a fazer.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069/1990**. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 16 jul 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.html)> Acesso em: 11 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 05 out 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 30 set. 2013.

DIAS, Adelaide Alves. **Direitos da criança e do adolescente**: construindo espaços de promoção de cidadania. João Pessoa: Programa PROEXT/2013/NCDH, 2012.

FARIAS, Maria Lígia Malta de. O direito de crianças e adolescentes. In: CALISSI, Luciana; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (orgs). **O ECA nas escolas**: perspectivas interdisciplinares. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

FARIAS, Maria Lígia Malta de; BASSANEZI, Inez Eunice. Participação de crianças e adolescentes em espaços de cidadania. In: CALISSI, Luciana; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (orgs). **O ECA nas escolas**: perspectivas interdisciplinares. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.